

EDITORA



UnB

A violência na Área Metropolitana de Brasília

Arthur Trindade M. Costa (org.)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lídia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado



A violência na Área Metropolitana de Brasília

Arthur Trindade M. Costa (org.)



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Talita Guimarães Sales Ribeiro
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

V795 A violência na Área Metropolitana de Brasília / Arthur Trindade M. Costa, organizador. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019.
142 p.

Ebook.
ISBN 978-85-230-1179-6.

1. Violência – Brasília – Brasil. 2. Homicídios – Brasília – Brasil. 3. RIDE. 4. Brasília – Entorno. I. Costa, Arthur Trindade M., (org.).

CDU 323.285(817.4)

Sumário

Introdução	7
Arthur Trindade M. Costa	
Capítulo 1. A Área Metropolitana de Brasília	23
Analia Soria Batista	
Capítulo 2. Descrição dos homicídios na Área Metropolitana de Brasília ..	47
Arthur Trindade M. Costa e Marcelle Figueira	
Capítulo 3. O fluxo de justiça criminal dos homicídios na AMB	57
Cristina Zackseski, Welliton Caixeta Maciel e Arthur Trindade M. Costa	
Capítulo 4. Os profissionais do sistema de justiça criminal.....	79
Bruno Amaral Machado e Maria Stela Grossi Porto	
Capítulo 5. Os jovens em seu bairro	99
Yacine Guellati	
Referências.....	135



Introdução

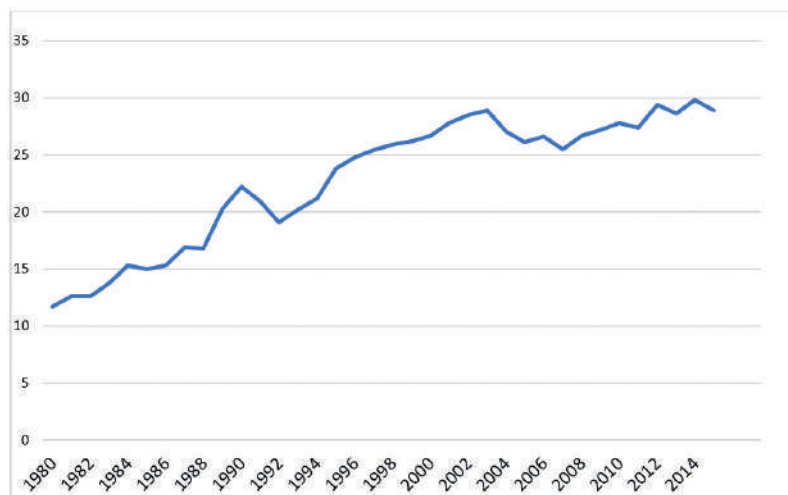
Arthur Trindade M. Costa

No Brasil a violência tem feito parte da história e do cotidiano dos cidadãos, especialmente dos grupos social e politicamente desprivilegiados, tais como as mulheres, crianças, jovens, idosos, grupos étnicos, trabalhadores rurais e homossexuais. A violência, no entanto, ganhou grande visibilidade nas últimas décadas, devido ao enorme crescimento da mortalidade por homicídio e da criminalidade nas áreas urbanas.

Certamente, a consequência mais visível da violência é o acentuado crescimento da mortalidade violenta, especialmente nas grandes regiões metropolitanas do país. Esse crescimento pode ser verificado no aumento da taxa de mortalidade por homicídio, que saltou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 28,9 em 2014, representando um aumento de 147%.

Os homicídios se tornaram umas das principais causas de mortalidade da população brasileira. Na mortalidade geral, as mortes por causas externas (homicídios, suicídios e acidentes) constituem atualmente o terceiro grupo de causas em importância, depois das doenças cardiovasculares e as neoplasias. Entre as causas externas, em 1980, os homicídios representavam apenas 17,2% do total de óbitos, atrás dos acidentes de trânsito, que representavam 32,0%. Em 2015, essas proporções foram de 38,3% e 25,0% para homicídios e acidentes de trânsito respectivamente. Em números absolutos, o Sistema de Informações do Ministério da Saúde contabilizou 59.080 homicídios em 2015 contra 13.910 em 1980. Entre 1980 e 2015, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 147%, saltando de 11,7 para 28,9 (Gráfico 6.1). Considerando que muitos dos homicídios não são classificados como tal no Sistema de Informações do Ministério da Saúde, o número real é ainda superior.

Gráfico 1: Taxa de homicídios no Brasil (1980 – 2014)



Fonte: Atlas da violência 2017. IPEA/FBSP.

Essas mortes não se distribuem de forma igual na sociedade. O problema concentra-se fundamentalmente nas principais áreas urbanas do país. Na década de 1990, o crescimento da taxa de homicídios foi mais acentuado nas 14 maiores regiões metropolitanas do país, incluindo o Distrito Federal e Entorno. Em 2000, essas regiões metropolitanas concentravam 35,6% da população brasileira e respondiam por 59,3% do número total de homicídios. A partir daí, observou-se um aumento expressivo das taxas de homicídios nas cidades médias do país (acima de 200.000 habitantes).

Essa dinâmica sugere a “interiorização” da violência. De acordo com o *Mapa da violência*, a taxa de homicídios das capitais brasileiras caiu de 45,7 a cada 100 mil habitantes em 1997, para 36,6 em 2007. As dez maiores regiões metropolitanas também apresentaram quedas nas taxas de mortes violentas no mesmo período. Nessas regiões, as taxas caíram de 48,4 para 36,6. Já no interior dos estados brasileiros, verificou-se uma dinâmica oposta. A taxa de homicídios nas cidades do interior aumentou de 13,5, em 1997, para 18,5, em 2007.

O quadro também apresenta importantes diferenças entre as regiões do país. Em 1997, a região Sudeste (57%) respondia por mais da metade dos homicídios

ocorridos no País, seguida da região Nordeste (22%), Sul (9%), Centro-Oeste (7%) e Norte (5%). A partir daí observou-se uma mudança na distribuição regional das mortes violentas. A região norte apresentou crescimento de 98% do número de homicídios, com destaque para o estado do Pará (195,4%), que registrou o maior aumento. Na região Nordeste o crescimento foi de 77% com destaque para os estados do Maranhão (241%), Alagoas (186%) e Sergipe (176%). A região Sul também apresentou crescimento acentuado de 63%, com destaque para o estado do Paraná (96%). A região Centro-Oeste também registrou aumento no número de homicídios com destaque para o estado de Goiás (105%). Apenas a região Sudeste apresentou 22% de queda no número de homicídios, com destaque para o estado de São Paulo (-55%).

De forma geral, os bairros com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infraestrutura urbana, baixa oferta de empregos, serviços e lazer são flagrantemente os mais afetados pela violência letal. No que se refere à distribuição etária da mortalidade por homicídios, os dados revelam que é a população jovem masculina a mais atingida por essa violência. A faixa jovem, de 15 a 24 anos de idade, concentra o maior número de mortes violentas. Apesar de representarem apenas 18,6% da população brasileira em 2007, os jovens concentravam 36,6% dos homicídios do ano.

Este relatório apresenta um diagnóstico dos homicídios nos municípios da Área Metropolitana de Brasília (Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso) e o funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça criminal no processamento desse tipo de crime.

Tendências da violência e criminalidade

Três grandes tendências podem ser observadas no contexto de violência e criminalidade: a) o aumento dos crimes contra o patrimônio, particularmente os roubos, furtos e extorsão mediante sequestro, b) a emergência de novas dinâmicas

relacionadas à criminalidade organizada, em especial o tráfico internacional de drogas e c) o aumento dos conflitos intersubjetivos violentos.

Embora possam guardar algum tipo de relação, o aumento dos crimes contra o patrimônio, o surgimento de novas tendências da criminalidade organizada e aumento dos conflitos intersubjetivos devem ser analisados de forma separada, pois apresentam objetos próprios, dinâmicas diferentes e consequências específicas.

Embora o número de furtos e roubos a residências tenha aumentado, o comércio continua sendo o principal alvo dos crimes contra o patrimônio. Se, por um lado, as motivações desse tipo específico de criminalidade ainda são objeto de debate, suas consequências já são bastante conhecidas. Sabemos que os crimes contra o patrimônio não se distribuem de forma homogênea pelo espaço urbano. Ao contrário, existe uma concentração espacial desse tipo de crime, influenciada pelas condições socioeconômicas e demográficas das áreas urbanas.

Os grupos sociais mais afetados por esse tipo de criminalidade têm adotado diversas estratégias para lidar com o problema. Por um lado, aumentaram as demandas sobre as instituições policiais, cobrando a contratação de mais efetivos policiais, a aquisição de equipamentos mais modernos e a adoção de programas especiais de policiamento das áreas comerciais e residenciais. De outro, temos verificado o crescimento e a sofisticação de sistemas de vigilância privada.

Acompanhando a tendência mundial, a sociedade brasileira tem se deparado com o crescimento do número de firmas de vigilância privada. Devido às características do aparato legal e burocrático brasileiro, boa parte dessas firmas é irregular e está submetida a uma fiscalização precária. Com relação às áreas residenciais, observamos, nos últimos 20 anos, o surgimento de novos padrões de moradia: condomínios verticais e horizontais, cuja característica comum é a centralidade da preocupação com a segurança dos seus moradores. Esses condomínios são verdadeiros “enclaves fortificados”.

Entretanto, as áreas comerciais dos bairros de classe alta e média não são as únicas afetadas por esse tipo de criminalidade. Os estudos mostram que outras regiões menos nobres também concentram grande número de crimes contra o patrimônio. As principais

vítimas são pequenos comerciantes, tais como donos de bares, açougues, padarias etc. Nesses casos, as vítimas dificilmente contam com a atenção das unidades policiais e tampouco podem dispor de um sofisticado e caro aparato de segurança privada.

Nessas áreas, são frequentes os relatos sobre a atuação de grupos de extermínio e justiceiros. O vigilantismo, como é conhecido esse fenômeno, tem sido empregado para conter o crime e controlar determinados grupos sociais, como prostitutas, homossexuais e grupos indígenas. Os grupos de justiceiros atuam à margem da lei, frequentemente são integrados por policiais e contam, via de regra, com apoio financeiro de comerciantes e empresários.

Com relação ao crime organizado, chama atenção nas últimas décadas o surgimento de novas dinâmicas relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas. Embora seja um importante setor da economia global, o tráfico de drogas opera a partir de organizações criminosas fundadas em bases locais e étnicas, nas quais os aspectos culturais desempenham papel fundamental.

Outro aspecto relevante do tráfico de drogas é a sua flexibilidade e versatilidade. Seu *modus operandi* é a formação de redes em níveis locais, nacionais e internacionais. No caso do Brasil, nos últimos anos pudemos perceber a melhoria da capacidade de coordenação e articulação das ações de diferentes facções criminosas (novas ou pré-existentes). Isso se deve, em parte, às características do sistema penitenciário brasileiro. Há inúmeros relatos sobre como o convívio nas prisões entre membros de grupos criminosos deu origem às redes de crime organizado.

Mais recentemente, temos assistido a ações realizadas por esses grupos criminosos contra estabelecimentos policiais e outros órgãos da administração pública. Isso tem chamado a atenção das autoridades políticas, das lideranças policiais, dos militares, bem como tem contribuído bastante para o aumento do sentimento de insegurança da população em geral. Em função disso, cresce a pressão para que as forças de repressão intensifiquem suas atividades. Também aumenta a pressão para que se estabeleçam penas mais duras contra esse tipo de crime.

Entretanto, os efeitos do crime organizado não desafiam apenas a autoridade dos agentes estatais. Sua mais grave consequência é sentida pelas pessoas que residem nas áreas onde os grupos criminosos se instalam. A expansão do comércio ilegal de drogas encontrou condições favoráveis nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos brasileiros. No Rio de Janeiro, as características das favelas – alta mobilidade interna, fácil controle das vias de acesso e ausência do Estado – proporcionaram condições favoráveis para que o varejo do comércio de drogas fosse deslocado para o seu interior.

No plano comunitário, a presença do varejo de drogas, cuja principal expressão é a “boca de fumo”, veio a deteriorar ainda mais o já frágil tecido social. Em alguns lugares, as quadrilhas organizadas transformaram-se no poder central das favelas. Moradores incômodos foram expulsos ou mortos, e as associações de moradores foram esvaziadas e perderam substancialmente a participação no debate político. De modo geral, a presença dessas quadrilhas alterou profundamente toda a rede de sociabilidades locais, das famílias aos blocos de samba (ARIAS, 2007).

No plano individual, as quadrilhas de narcotraficantes exercem uma grande influência sobre a juventude pobre das favelas. O pertencimento a um grupo criminoso e a posse de uma arma operam como mecanismos de reconhecimento num cenário de exclusão e invisibilidade social. Nesse contexto, a violência deixa de ser simplesmente uma estratégia de ação e passa a ser o próprio instrumento de expressão social. Esse tipo de violência expressiva põe em cena, não uma juventude miserável, mas uma juventude pobre que aspira reconhecimento social.

Algumas pesquisas têm destacado a relação entre a mortalidade violenta e a criminalidade organizada, em especial o tráfico de drogas. A probabilidade de morte violenta tende a aumentar quando se verifica algum tipo de envolvimento com essas atividades. Entretanto, parte significativa dos homicídios registrados no Brasil pode ser computada às violências intersubjetivas, não necessariamente relacionadas ao tráfico de drogas ou aos crimes contra o patrimônio.

Esse tipo de violência historicamente faz parte do cotidiano de boa parte da sociedade brasileira. Trata-se de conflitos entre pessoas conhecidas, cujo resultado

muitas vezes é a morte de uma das partes. Essas situações compreendem conflitos entre cônjuges, parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. Resultam geralmente de conflitos cotidianos, cujos atores sociais são incapazes de administrar de forma a não produzirem mortes.

A noção de conflito intersubjetivo aponta, portanto, para o contexto relacional do qual emerge a discórdia. O conflito intersubjetivo inclui aqueles que ocorrem em espaços de relativa intimidade, como os domésticos e conjugais e, para além deles, os que acontecem na vizinhança, nos espaços de lazer (especialmente nos bares), de trabalho e de negócios.

Os desafios para a segurança pública no Brasil

Até a década de 1990, questões relativas à segurança pública eram tratadas essencialmente como responsabilidade dos governadores de estados. Em função do crescimento da violência urbana das últimas décadas, essa percepção vem mudando. Em março de 2002, uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Datafolha verificou que a segurança pública era a segunda principal preocupação do eleitorado brasileiro (21%), atrás apenas do desemprego. A mesma pesquisa apontou que, para o eleitorado, os governos municipais (27%), estaduais (30%) e federais (32%) eram igualmente responsáveis pela segurança dos cidadãos. Cobrava-se maiores investimentos em segurança pública, reformas nas estruturas das polícias e implantação de políticas públicas mais eficientes.

De certa forma, essas cobranças surtiram efeito. Entre 2003 e 2009, verificou-se um crescimento de 110% no total de despesas com segurança pública no Brasil. Os gastos na área aumentaram em todos estados. Mas foi nos gastos federais que se verificou o aumento mais expressivo (204%).

Apesar dos esforços, esse aumento não implicou diminuição nas taxas de criminalidade e de violência. Como mostramos na primeira seção deste relatório, na década de 2000, as taxas de homicídios estabilizaram-se no patamar de 26

homicídios por 100 mil habitantes. Esse quadro aponta para uma baixa efetividade dos gastos em segurança pública, que pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) tipo de gasto; b) falta de foco das ações de prevenção de violências; e c) baixa capacidade de coordenação do Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública.

Quanto à qualidade dos gastos em segurança pública, observou-se que, no geral, os investimentos cresceram menos que os gastos de pessoal e custeio. Isso se deveu ao aumento dos efetivos e à melhoria dos salários dos profissionais de segurança pública. Parte significativa dos investimentos na área tem origem no governo federal, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI).

De fato, a criação dessas duas fontes de fomento significou um considerável aumento nos gastos federais com segurança pública. Os gastos federais na área saltaram de pouco mais de 1,5 bilhões de reais, em 1992, para cerca de 7,29 bilhões em 2009, o que significou um aumento de 386%.

Entretanto, observou-se que 86% do total de recursos repassados pela união aos estados e municípios destinaram-se à compra de equipamentos, viaturas, armamentos, material de comunicações, bem como à construção de prédios. Somente 3% dos recursos foram utilizados no treinamento e formação dos policiais. Finalmente, apenas 7% foram aplicados na implantação de projetos inovadores, tais como policiamento comunitário, centros integrados de segurança e cidadania, ouvidorias de polícia e sistemas de informações criminais.

No que se refere às ações de prevenção de violências, continua sendo uma grande incógnita os fatores que explicam o espantoso crescimento da mortalidade por homicídios nas últimas décadas. Análises mais agregadas que procuram relacionar indicadores socioeconômicos com níveis de mortalidade por homicídio não têm sido capazes de explicar o fenômeno. As pesquisas não evidenciaram relação entre as tendências dos níveis de escolaridade, de desemprego ou de desigualdade social e econômica nas últimas décadas com os níveis crescentes de violência.

As estatísticas sobre homicídios refletem apenas algumas das consequências de uma variedade enorme de conflitos sociais. Portanto, a leitura dos indicadores não pode dar lugar à redução simplificadora do fenômeno da violência a uma única espécie de comportamento social. Por ser polissêmico e multifacetado, o conceito de violência abrange uma série de comportamentos sociais cujas explicações repousam em diferentes causas.

Em função disso, gestores de segurança, policiais e pesquisadores passaram a concentrar suas análises no levantamento de grupos, situações e áreas de risco. Busca-se, com isso, dar foco às políticas de prevenção à violência. Entretanto, ainda são poucas as políticas que concentram seus recursos em determinados grupos sociais (i.e. jovens, mulheres, indígenas), em determinadas situações (i.e., brigas de bares, conflitos interpessoais, conflitos fundiários etc.). Também são pouco frequentes as políticas que concentram seus recursos numa área pequena e delimitada.

O Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública brasileiro é pouco articulado. Isso se torna mais grave quando constatamos que as principais políticas públicas na área de segurança e justiça criminal são decorrentes de uma complexa e contínua interação entre diversos atores, tanto dentro quanto fora do governo. Autonomia e interdependência são as características essenciais das políticas públicas nessa área. Os atores políticos, dentro e fora do governo, estabelecem entre si relações autônomas e não-hierárquicas. Entretanto, esses atores são interdependentes, ou seja, o resultado da ação de cada um depende da participação dos outros. Numa estrutura social dessa natureza, o desafio é estabelecer práticas e espaços sociais de coordenação, de forma a obter coerência na ação dos atores que compõem a política.

Entretanto, são raros os espaços de interação e articulação de ações dentro do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. De forma geral, as interações entre delegados, promotores e juízes são pouco frequentes e marcadas pelo formalismo. Em parte, essa desarticulação assenta-se no não reconhecimento da discricionariedade que, de fato, gozam os operadores do sistema, especialmente os policiais. Dessa forma, as escolhas que delegados, promotores e juízes fazem cotidianamente são orientadas por critérios diferentes e, às vezes, conflitantes. Pior ainda, priorizam-se crimes e situações distintas.

Embora sejam raras as iniciativas para articular as ações no interior do Sistema de Justiça Criminal, a análise das delegacias e promotorias especializadas nos permite pensar que sim, é possível uma política criminal. Para isso, entretanto, é necessário melhorar a comunicação entre os atores do sistema, bem como reconhecer que todos fazem escolhas que são inerentes ao exercício das suas profissões.

Em tese, caberia às Secretarias Estaduais de Segurança Pública (e Defesa Social) coordenar as ações das diversas agências que compõem o sistema. Entretanto, verifica-se que, de forma geral, as secretarias estaduais contam com poucos profissionais capacitados em temas estratégicos para sua atuação, como políticas públicas, administração financeira e orçamentária, estatística e análise criminal. No plano das relações intergovernamentais, de forma geral, a capacidade de articulação dessas secretarias com outros estados e municípios é baixa. Da mesma forma que é fraca sua articulação com universidades e organizações não governamentais com atuação na área de prevenção de violências.

Apesar desses problemas, a década de 2000 registrou casos de políticas públicas bem-sucedidas. No campo da prevenção de violências, por exemplo, as cidades de Diadema (SP) e Canoas (RS) registraram reduções nas taxas de homicídios em função de políticas públicas focadas em áreas, grupos e situações de risco. Nos dois casos, foram realizados diagnósticos para eleger o foco dessas políticas.

Alguns programas comunitários foram experimentados com sucesso, como o Fica Vivo em Minas Gerais e o Afro-Reggae no Rio de Janeiro. Os dois casos revelam a importância da sociedade civil na prevenção da violência. Aqui merece destaque o surgimento, no âmbito das universidades, de núcleos e centros de pesquisas sobre violência e segurança. Vale também ressaltar a atuação de organizações não governamentais como o Viva Rio (RJ) e o Sou da Paz (SP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No âmbito das polícias, vale destacar o fortalecimento de algumas corregedorias, a criação de procedimentos operacionais padrão e a adoção de programas de policiamento comunitário. Algumas polícias investiram na formação, capacitando seus profissionais em análise criminal e gestão de segurança pública. O Ministério da Justiça criou a Rede

Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP) para dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública.

No campo da integração das ações, também sugeriram iniciativas bem-sucedidas. Em São Paulo, as polícias realizaram reformas gerenciais que melhoraram a articulação das ações de segurança pública. Em Minas Gerais, foi criada a Secretaria de Estado de Defesa Social para coordenar as ações das Polícias Militar e Civil. Em Pernambuco, a adoção do Pacto pela Vida possibilitou uma melhor coordenação das instituições policiais. No Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora significaram uma nova estratégia de policiamento em áreas de risco.

A Área Metropolitana de Brasília

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE engloba o Distrito Federal e mais 22 municípios limítrofes, sendo 19 localizados no estado de Goiás e três em Minas Gerais. Entretanto, a região apresenta características socioeconômicas muito distintas. Os contrastes não se concentram nas diferenças em o Distrito Federal e os demais municípios, eles ocorrem também entre os 22 municípios da RIDE.

Estudo realizado pela Secretaria de Planejamento do Distrito Federal em 2003 apontou profundas diferenças entres os municípios da RIDE no que diz respeito à dependência socioeconômica do Distrito Federal. Notadamente a maior dependência refere-se à utilização dos serviços públicos de saúde. A pesquisa apontou que 68% dos moradores do Entorno já haviam procurado atendimento hospitalar no Distrito Federal (SEPLAN, 2003).

A dependência também pode ser percebida no que diz respeito ao mercado de trabalho. Em 2003, cerca de 36% dos moradores do Entorno que possuíam alguma atividade remunerada trabalhavam no Distrito Federal (SEPLAN, 2003). No entanto, há grandes diferenças na região. Nos municípios de Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto, cerca de 53,7% dos empregos eram exercidos no Distrito Federal.

Nos demais municípios a dependência do mercado de trabalho caía para menos de 20%, sendo que em Cristalina (GO) e Unai (MG), esse percentual era inferior a 2%.

Em função dessas diferenças, iremos concentrar nossa análise nos oito municípios goianos mais dependentes do Distrito Federal: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Esses municípios compõem a Área Metropolitana de Brasília (AMB).

Em 2010 a população dos municípios goianos somava 862.806 habitantes, cerca de 26% da Área Metropolitana de Brasília. Entretanto, o PIB desses municípios indica uma baixa atividade econômica, com exceção do município de Luziânia, oitavo PIB do estado de Goiás (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008).

A população desses municípios não é composta apenas por pessoas de outros estados que migraram em busca das oportunidades oferecidas pelo Distrito Federal. Em 2003, pouco mais de 30% dos moradores desses municípios haviam residido anteriormente no Distrito Federal e se mudado em busca de moradia mais barata. A proporção de migrantes com menos de dez anos de residência nos municípios era superior a 40%, chegando a 84% em Águas Lindas de Goiás em 2000 (VASCONCELOS *et al.*, 2006).

Assim, com a finalidade de servir de moradia para a população carente, esses municípios foram dotados com precária infraestrutura, sem o desenvolvimento do leque de atividades econômicas diversificadas que pudessem promover a elevação da renda e a geração de empregos qualificados (VASCONCELOS *et al.*, 2006). Ou seja, boa parte dos moradores dessa região ainda não possui laços comunitários, situação agravada pela quase ausência de trabalho no local, o que os obriga a longos deslocamentos diários. São em boa medida estranhos, que ainda não se conhecem e, dadas as condições econômicas, têm dificuldades de se organizarem socialmente.

No que diz respeito a escolaridade, segundo o Censo 2000, menos de 58% da população desses municípios não havia concluído o Ensino Fundamental. Em Águas Lindas de Goiás, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, menos de 90% da população não havia concluído ao menos o Ensino fundamental.

No que se refere aos índices de violência e criminalidade, três municípios da Área Metropolitana de Brasília estão entre os 200 mais violentos do país: Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas de Goiás. É importante notar que esses três municípios concentram 54% da população da AMB e respondem por 62,8% das mortes violentas.

A AMB também chama atenção pelo crescimento acentuado do número de homicídios. Entre 2000 e 2010, os municípios da AMB apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios, com destaque para Valparaíso (168%) e Águas Lindas de Goiás (137%).

Tabela 1: Homicídios na Área Metropolitana de Brasília – 2010

Município	População	Homicídios	Taxa
Águas Lindas de Goiás	159.378	101	63,4
Cidade Ocidental	55.915	29	51,9
Formosa	100.085	38	38,0
Luziânia	174.531	145	83,1
Novo Gama	95.018	76	80,0
Planaltina de Goiás	81.649	33	40,4
Santo Antônio do Descoberto	63.248	30	47,4
Valparaíso	132.982	114	85,7
Total	862.806	566	65,6

Fonte: SSPGO

Diferentemente do Distrito Federal, os efetivos e equipamentos de segurança pública nos municípios da Área Metropolitana Brasília são insuficientes, precários e não atendem às demandas da população. A maioria dos municípios possui apenas uma Delegacia de Policial Civil ou CIOPS – Centro Integrado de Operações em Segurança. Nem todas as cidades possuem uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar. Luziânia é o único município a possuir um Núcleo Regional da Polícia Técnico-Científica, que também é responsável pelo atendimento

dos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Mimoso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso (UNODC, 2011).

Visando atenuar a insuficiência de efetivos e equipamentos, o governo federal decidiu instalar no município de Luziânia a sede da Força Nacional de Segurança Pública. Desde abril de 2011, a Força Nacional tem realizado ações visando à redução de homicídios e a redução dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e ao porte ilegal de armas de fogo. Entretanto, a atuação da FNSP no policiamento dos municípios do Entorno tem caráter provisório.

O objetivo deste livro é apresentar um diagnóstico sobre os homicídios nos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) e do funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça criminal no processamento desse tipo de crime.

A pesquisa

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas que envolvem a aplicação de diferentes técnicas de pesquisa. Na primeira etapa da pesquisa, concentraremos os trabalhos no levantamento e análise dos homicídios que ocorreram nos municípios da Área Metropolitana de Brasília. Para isto, utilizaremos as informações disponíveis no sistema de informações do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), do Ministério Público de Goiás (MPGO) e da própria Polícia Civil.

Na segunda etapa, levantaremos informações sobre a tramitação dos processos judiciais transitados em julgado e arquivados nos cartórios do TJGO. Para isto, uma equipe de pesquisadores percorreu os cartórios das circunscrições judiciárias estudadas. Este procedimento nos permitiu levantar informações sobre os procedimentos adotados nos inquéritos policiais, os fatos relatados, as pessoas envolvidas, os tempos de tramitação dos processos, as decisões tomadas no âmbito do Ministério Público e da justiça.

Na terceira etapa da pesquisa de campo, foram realizados grupos focais com os integrantes das categorias profissionais que têm contato direto com o inquérito policial, tanto na etapa investigativa quanto em sua processualização jurídica, a saber:

delegados, peritos, promotores e juízes. A quarta etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais para levantamento de informações sobre a estrutura existente de prevenção de violências e suas principais fragilidades. Além dos levantamentos realizados pelas equipes da pesquisa, acrescentamos uma etnografia realizada num bairro da área metropolitana de Brasília.